

Entre a dívida e a dúvida

Reunido com alguns dos principais líderes do PMDB, na última quinta-feira, o ministro Bresser Pereira tentou convencê-los de que o partido deve apoiar as negociações com o Fundo Monetário Internacional, na forma em que estão sendo propostas pelo Governo. Explicou o ministro da Fazenda que se vai buscar, em primeiro lugar, um acordo com os representantes dos bancos credores, e que as conversações com o Fundo, numa segunda fase, deverão levar em conta a independência e a soberania do Governo brasileiro. Em outras palavras, o ministro Bresser afirmou que a passagem pelo FMI é importante e útil aos interesses do País, desde que não implique a adoção de regras de política econômica monitoradas de Washington.

Mudou o Fundo, ou terá mudado o PMDB? O presidente Sarney costuma dizer que mudaram os dois: o Fundo já não seria mais tão insensível aos argumentos políticos dos países em desenvolvimento, assim como o governo brasileiro — um Governo do PMDB — já não seria mais tão infenso ao diálogo com os organismos financeiros internacionais. Na visão do Governo, as duas partes souberam transigir, evoluindo para uma posição amadurecida que

deverá levar à renegociação da dívida externa brasileira.

O almoço do ministro Bresser com os líderes do PMDB, na residência do deputado Ulysses Guimarães, serviu para «quebrar o gelo» em torno de uma questão que representa hoje um verdadeiro tabu. Enquanto oposição aos governos militares, o PMDB foi um crítico mordaz da política monetarista do Fundo, que impingia aos países pobres e endividados receitas econômicas invariavelmente recessionistas. Agora no Governo, o PMDB já se dispõe a conversar com o Fundo, desde que se observem algumas condições básicas.

Um dos principais «ideólogos» do partido, o deputado Euclides Scalco, do Paraná, enumera essas condições: deve-se preservar a soberania do País, assim como o crescimento econômico e o aumento real dos salários. Além disso, os termos de qualquer acordo com o Fundo devem ser discutidos, exaustivamente, com os diversos setores do PMDB e da Constituinte. Não se concebe mais a ideia de um acordo unilateral do Governo com o FMI; agora, o aval do Fundo dependerá do aval das forças políticas que apoiam o Governo.

Nem todos os setores do PMDB,

no entanto, se mostram dispostos ao diálogo. O grupo Unidade Progressista, por exemplo, um dos mais atuantes na atual fase da Constituinte, entregou documento ao deputado Ulysses Guimarães em que condena expressamente qualquer acordo com o Fundo. O grupo, de tendência socialista, chega a ameaçar com a hipótese de um rompimento, aprofundando à esquerda as dimensões internas do partido. Terá sido apenas retórica ou o grupo, de fato, estaria disposto a se abrigar em outra legenda?

Depois do debate sobre a duração do mandato presidencial, que dividiu o PMDB ao meio, as negociações com o FMI passam a ser, agora, o principal foco de tensão e divergência. Entre a esquerda e a direita, o único ponto de equilíbrio que ainda mantém a unidade do partido é o deputado Ulysses Guimarães.

Já existe até uma data para a provável separação: é o dia 19 de abril de 1988, quando o PMDB volta a se reunir, em Convenção Nacional, para renovar os mandatos de seus atuais dirigentes. Ninguém duvida que Ulysses Guimarães será reconduzido, mais uma vez, à presidência do partido. O que ainda não se pode prever é a qual dos dois grupos ele irá se aliar.